

INVASÕES FRANCESAS

200 ANOS
MITOS,
HISTÓRIAS E
PROTAGONISTAS

RUI CARDOSO

PREFÁCIO

PARA ALÉM DOS MITOS

Juntamente com o terramoto de 1755, a conquista de Lisboa aos mouros, a Batalha de Aljubarrota ou o desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir, as invasões francesas ocupam um lugar central no imaginário português. Poucos episódios da nossa História terão sido, ao mesmo tempo, tão evocados e tão mitificados.

Aldeia onde haja muita gente de olhos azuis é, inevitavelmente, associada às tropelias dos granadeiros de Napoleão. Igreja onde faltem imagens ou talha dourada, com empenas caídas ou alas em ruína, das duas, uma: ou foram os franceses ou foi o terramoto. Há anos, ao serem feitas obras no Paço de Calheiros, nos arredores de Ponte de Lima, foram descobertos, dentro de um dos altares da capela, os restos de um oficial napoleónico, fardado a rigor, ao que tudo indica feito desaparecer após uma execução que, consoante o ponto de vista, foi um gesto patriótico ou um ato de terrorismo.

Nada mais simbólico: no fundo do inconsciente coletivo luso há um invasor francês mal enterrado. Gostaríamos de viver «à grande e à francesa» ou lamentamos que alguém ou alguma coisa tenha «ido para o maneta». Mas dificilmente perderemos um segundo a pensar donde terão vindo estas e outras expressões.

De forma consciente, ou não, recalamos uma herança indesejada, que, de resto, não se traduziu, apenas, em violações, massacres e destruição de património. Afinal, as ideias modernas, da separação da Igreja do Estado ao governo representativo, foram trazidas pelas tropas imperiais. Com a, mais que óbvia, inspiração da Revolução Francesa e da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Ironicamente, os próprios britânicos, embora inimigos dos franceses, trouxeram consigo o modelo da monarquia constitucional e do governo emanado do parlamento, que eram o oposto da monarquia absoluta então vigente em Portugal.

De resto, alguns dos futuros generais liberais vão formar-se no estado-maior de Wellington e na luta contra os franceses, caso, por

exemplo, de João Oliveira e Daun, mais tarde marechal Saldanha, ou de Bernardo de Sá, futuro marquês de Sá da Bandeira.

O facto de, na Guerra Peninsular, os franceses terem sido os inimigos e de, durante meia dúzia de anos, terem sido o alvo de centenas de panfletos, caricaturas e livros hostis fez com que prevalecesse, até aos nossos dias, uma imagem pouco diferente da dos bárbaros que pilharam o império romano ou dos mouros que puseram a Península a ferro e fogo (as comparações não são inventadas, correspondendo a imagens usadas em textos da época). Mas se os franceses pilhavam à segunda-feira, violavam à terça e levavam o devido corretivo do exército anglo-luso à quarta, que fariam no resto da semana? Eis uma coisa que a narrativa das invasões, feita à pressa e com preconceito, nunca esclareceu...

Diz-se que a História é feita pelos vencedores e, portanto, ajustada e re-escrita à medida destes. A verdade é que a Guerra Peninsular narrada pela pena francesa também não prima pelo rigor. Portugal e Espanha são sistematicamente confundidos, no que respeita a locais, datas e pessoas. E, prova de como alguma arrogância napoleónica sedimenta nos locais mais inesperados, uma edição de há poucos anos do simpático Guide du Routard dedicada a Portugal começava com um arremedo de História dizendo, a dada altura, que as tropas francesas «venirent toujours à bout», ou seja, foram sempre dando conta da resistência armada portuguesa apoiada pelos britânicos. Não será uma descrição verdadeiramente rigorosa da Batalha do Buçaco ou da retirada de Soult pelas serras do Barroso, mas enfim...

E que dizer dos britânicos? A leitura atenta dos textos da época revela, apesar de tudo, casos de abusos e pilhagens levados a cabo pelas tropas aliadas no terreno que, supostamente, vinham ajudar a libertar. Basta ler a descrição do saque de Badajoz pelas tropas britânicas, em abril de 1812, feita por Jac Weller, para se perceber que as atrocidades não vestiram unicamente a farda azul e branca. A partir de 1815, já com Napoleão a caminho de uma viagem de sentido único para Santa Helena, o general Beresford, mais à vontade no papel de organizador militar que no de político, começou a comportar-se como um verdadeiro vice-rei, contribuindo para o levantamento liberal de 1820 e o regresso de D. João VI do Brasil.

A visão britânica do património alheio pode ser aferida pelo seguinte episódio que ainda hoje se conta em Santiago de Compos-

tela: o Pórtico da Glória, joia românica da catedral, chegou a estar rodeado de andaimes e preparado para ser levado para o British Museum, com o pretexto louvável de o salvar das garras dos franceses...

Lendo as obras de Oman, Weller ou Southey apenas ficamos a conhecer a Guerra Peninsular na perspectiva do comando britânico e, ainda assim, no que toca às operações da guerra convencional. A guerrilha, a sabotagem, a terra queimada entram mal nesta História. O povo e o país pouco mais são que o cenário ao fundo do palco onde é encenada a epopeia de Wellington e do seu exército. O mais que os portugueses do exército anglo-luso podem aspirar é o prémio para melhores atores secundários.

Por isso, nada melhor para refrescar ideias que tomar como fio condutor os testemunhos da época, sobretudo os relatos de quem viveu ou acompanhou de perto os acontecimentos. Parti para este livro como se parte para uma reportagem. Nem para reabilitar inocentes, nem para condenar culpados. Até porque, como se aprende ao fim de uns anos a trabalhar nos jornais, numa guerra, a primeira vítima é sempre a verdade.

Falarão, sobretudo, os protagonistas, quer aqueles cujos nomes os anais conservaram quer os heróis anónimos, aqueles que, por muito que se não queira, afinal (também) fazem (e muito) a História. O fio condutor é o desenrolar cronológico dos acontecimentos, começando com os antecedentes das invasões (Guerra do Rossilhão, Guerra das Laranjas, etc.) e indo até à retirada de Masséna e à deslocação das operações para território espanhol (e, mais tarde, francês). A este conjunto de acontecimentos relacionados com as invasões chamei «Portugal na tormenta».

Procurei seleccionar episódios menos conhecidos e dissecar outros, sobretudo quando as versões divergem. As ideias tidas como assentes não são, necessariamente, as mais acertadas. Não se trata de re-escrever a História, o que, já de si, seria uma pretensão pouco recomendável, mas, tão-somente, de procurar dar o outro lado das coisas e ajudar a refletir. É da tentativa de desmontar mitos e da vontade de recontar histórias que é feito este livro.

À descrição dos episódios diretamente relacionados com as invasões francesas segue-se o capítulo «Os rostos e a batalha». Traça o retrato dos protagonistas e compara táticas e armamentos. Por fim,

pareceu-me útil recuar até ao Século das Luzes, à engenharia militar de Vauban ou à Guerra dos Trinta Anos, de forma a evidenciar a dimensão inovadora do que Napoleão fez, tanto no plano da doutrina militar, como no da condução dos combates. E, também, mostrar os limites desta forma de combater, dramaticamente evidenciados na Península Ibérica.

São, afinal, 200 histórias, mitos, personagens e locais, evocados à distância de 200 anos.

Uma cronologia relativamente circunstanciada ajuda a dar contexto ao que se passou em Portugal há dois séculos, seguindo-se a inevitável mas sempre útil bibliografia.

Se estas leituras ajudarem a motivar as gerações mais novas para o conhecimento e a reflexão em torno do seu passado histórico já terá valido a pena escrever estas páginas.

A construção da Europa, tal como hoje a conhecemos, passou, e de que maneira, pelos combates travados em Portugal. O próprio País mudou de forma radical, passando do absolutismo à monarquia constitucional, entrando, de forma traumática, na modernidade do seu tempo.

Entre 1808 e 1814 Portugal teve em armas, pelo menos, dez por cento da população, três vezes mais que durante as guerras coloniais de Salazar. E com consequências políticas que não foram menores. No espaço de 10 anos (1801-1811) viu-se invadido por duas potências estrangeiras (França e Espanha). A corte e as elites desapareceram além-Atlântico, deixando um vazio de poder, preenchido por novos líderes mas, também, por todos os oportunismos, ajustes de contas e projetos de poder pessoal. E entregou a condução da guerra e a organização das forças armadas, quando não a política externa e o comércio, a uma terceira potência (a Inglaterra), que aqui parecia querer instalar-se para sempre, mesmo depois de expulsos os invasores originais.

Se não aprendermos mais nada com este bicentenário, ao menos que aprendamos a valorizar e defender o património associado à Guerra Peninsular, desde os fortes das Linhas de Torres à praça-forte de Almeida, das escarpas do Buçaco às colinas da Roliça e do Vimeiro. Até porque inimigos piores que os soldados de Napoleão — a ganância, a incúria e a ignorância — os ameaçam de novo.

PRÓLOGO

DEZ MITOS CENTRAIS

Uma tentativa de descodificação dos monumentos da Praça de Entrecampos (Lisboa) e da Rotunda da Boavista (Porto). As primeiras coisas que nos vêm à cabeça quando pensamos na Guerra Peninsular. E uma outra forma de contabilizar as invasões francesas.

1. DOS MITOS E DAS ESTÁTUAS

Quantos de nós já olharam com atenção para os monumentos à Guerra Peninsular de Lisboa (Entrecampos) e do Porto (Rotunda da Boavista)? E, no entanto, que simbologia!

Nada falta: as mães chorando as mortes dos filhos, massacrados pelo invasor ou afogados na Ponte das Barcas. A compaixão para com as mulheres violadas pelos soldados estrangeiros: um paisano abraça uma vítima esfarrapada, tendo como legenda dois versos d'*Os Lusíadas*: «Podem pôr-se em longo esquecimento / as cruezas mortais que Roma viu». O sacrifício de civis e militares que, quais Sísifos oitocentistas, parecem condenados, por toda a eternidade, a arrastar peças de artilharia encosta acima. Um guerrilheiro, de ar decidido,

interpõe-se no caminho do inimigo. Um frade — quem mais poderia ser? — de punhal à cinta assume o papel de protetor das relíquias do reino, guardadas num cofre, a seus pés. E, lá no alto, a alegoria ao triunfo: o leão anglo-luso devora a águia napoleónica no topo da coluna de 45 metros de altura erguida no centro do jardim Mouzinho de Albuquerque, no Porto (Marques da Silva/Alves de Sousa, 1909-1951).

Já em Lisboa (Francisco Ferreira/José Ferreira, 1909-1933), a figura da Vitória, de espada na mão, incita os combatentes, militares e civis, que parecem trepar o pedestal de mármore ao seu encontro, inspirados por novos versos de Camões: «armas não deixarão / enquanto a vida os não deixar...» Perante isto, que mais resta à águia imperial senão voar para longe?

2. *SÓ HOUVE ATROCIDADES FRANCESAS?*

No imaginário luso, a passagem dos soldados de Napoleão fica associada a inumeráveis horrores, uns reais, outros imaginários. Mas terão os franceses o exclusivo das atrocidades?

Os massacres das tropas de Margaron (Leiria) ou Loison e Kellermann (Évora), em 1808, estão bem documentados, assim como o incêndio de Amarante, em maio do ano seguinte, como represália pela resistência dos defensores da ponte sobre o Tâmega. «Nada escapa ao furor destes novos sarracenos», escreve-se num panfleto antifrancês de 1808. Os próprios autores franceses reconhecem horrores cometidos em solo luso pelos soldados napoleónicos. E isso acontece nos relatos contemporâneos feitos por protagonistas dos acontecimentos, desde Marbot a Foy, ou de Masséna a Soult. No caso do major Pierre Guingret, cujas notas se pautam pelo tom sereno, dá-se conta de barbaridades cometidas pela soldadesca, seja impelida pela fome seja no quadro da contra-guerrilha. Sem esquecer as «abominações levadas a cabo por alguns miseráveis que, do rebotalho gangrenado das grandes cidades, tinham sido introduzidos, por vicissitudes da sorte, nas fileiras dos Bravos».

Não se trata, portanto, de branquear crimes, mas de tentar perceber o que é real e o que foi mitificado, seja pelo imaginário popular seja pela propaganda antinapoleónica.

Até porque os invasores não têm o exclusivo dos atos desumanos. O barão de Marbot narra que, ao conquistarem o Porto, em 1809, os homens de Soult encontraram, horrendamente torturados, dezenas de camaradas seus que haviam sido aprisionados durante o cerco à cidade.

Após a retirada do Buçaco na direção das Linhas de Torres Vedras, em setembro de 1810, Wellington mandou fuzilar portugueses e britânicos que haviam feito pilhagens em Leiria. Ao mesmo tempo, mais a norte, aproveitando a perseguição dos franceses aos anglo-lusos, as milícias portuguesas, comandadas pelo coronel Trant, retomavam Coimbra. Um golpe de mão audacioso que se saldou por maus-tratos, senão mortes, entre os feridos franceses deixados no hospital da cidade à guarda de uma pequena guarnição. Guingret responsabiliza o brigadeiro Silveira por atos semelhantes durante a retomada de Chaves, em março de 1809.

Em contrapartida, o general Pamplona, um dos exilados portugueses que integrava o estado-maior do marechal Masséna, impedirá que os franceses, vindos do Buçaco, tivessem saqueado totalmente Coimbra, protegendo os laboratórios da universidade (onde, em 1808, os lentes tinham fabricado pólvora para o levantamento antifrancês) e os feridos portugueses e ingleses deixados por Wellington no hospital.

A retirada para as Linhas de Torres Vedras, em outubro de 1810, teve como complemento a deslocação forçada de dezenas de milhares de civis portugueses, parte dos quais viria a sucumbir à fome e aos efeitos do terrível inverno de 1811. Tanto mais que Wellington ordenara a política de terra queimada para deixar os invasores sem recursos.

Contrastando com este quadro geral, tanto Marbot como Guingret descrevem, nas suas memórias, um episódio curioso: quando os feridos mais graves, deixados no campo de batalha pelos franceses após o revés do Buçaco, viram os frades carmelitas aproximarem-se deles, vindos do vizinho convento,

pensaram que, como em Espanha, os religiosos os vinham degolar ou martirizar. Vinham, apenas, tratá-los.

Resta dizer que, num clima de desordem geral, os franceses tinham as costas largas. O mesmo Guingret descreve o ambiente em Viseu quando as tropas de Masséna entraram na cidade, em setembro de 1810: «Os habitantes também tinham abandonado Viseu; encontrámos lá somente algumas mulheres que não tinham podido fugir devido à sua propecta idade, bem como uma parte dos vagabundos, que tinham ficado na cidade com a intenção de tirar proveito da desordem para devastar algumas casas opulentas. Todo o mal foi imputado ao nosso exército.»

3. QUEM ROUBOU O QUÊ?

Nunca foi feito um inventário rigoroso do que os franceses terão levado, nomeadamente após a assinatura da Convenção de Sintra (agosto de 1808), que os autorizou a partir com armas e bagagens, após o fim da invasão de Junot. Nem distinguido o que se perdeu em roubos e tumultos do que foi, efetivamente, levado pelos invasores: por exemplo, em maio de 1808, durante o levantamento do Alentejo contra os franceses, a população de Mértola, em fúria, incendeia a Câmara, a pretexto da colaboração com os franceses, e destrói parte da vila.

Muito menos foram contabilizadas as requisições, nomeadamente de armamento e equipamentos, a favor dos aliados britânicos. Ou aquilo que as tropas de Wellington, nem sempre disciplinadas, foram tomando por onde passavam. Nas *Notas Históricas acerca da Passagem dos Franceses por Barroso em 1809* o major Fernando Braga Barreiros conta, a este propósito: «Acostumado, pois, o exército inglês a ir tomando posse do que os franceses haviam abandonado, passavam também a lançar mão do que encontravam nas povoações ou nos campos por onde passavam [...]. Desta sorte os portugueses ficavam na dúvida se era o exército aliado e amigo que passava, se eram franceses que, de novo, nos invadiam. Por isso os camponeses, da mesma forma que salteavam os franceses isolados para vingarem as

afrontas recebidas, procediam igualmente com os ingleses e pelos mesmos motivos.»

A própria ida da corte para o Brasil implicou a perda de muitas preciosidades, nomeadamente a Biblioteca Real da Ajuda, que nunca mais regressou, dando origem à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Alguns raros casos estão bem documentados. É o caso da Bíblia de Belém, obra em oito volumes iluminados do século xv, que pertencera a D. Manuel I. Levada por Junot, só regressará a Portugal muito depois da sua morte, depois de muita pressão do Governo Português. À margem das diligências diplomáticas, a solução virá da iniciativa do rei Luís XVIII, de França, que comprou do seu bolso a Bíblia à viúva de Junot e a devolveu a Portugal.

No prefácio às *Recordações de Uma Estada em Portugal* (as memórias de Laura Junot referentes a 1805-1806) José Augusto-França alude a este episódio, cotejando as observações da autora com as feitas por Raul Brandão em *El-Rei Junot*. A duquesa de Abrantes mostra-se indignada por uma delegação portuguesa se ter atrevido a pedir a devolução da *Bíblia de Portugal* quando esta «fora dada ao duque de Abrantes pelo imperador». Na realidade, e como se refere no prefácio, «o precioso volume fora trazido de Lisboa, confiscado aos frades, no fundo duplo de uma mala (ao que afirma Raul Brandão), na retirada das tropas francesas protegidas pela Convenção de Sintra — bagagem do General-Comandante vencido, entre outros valores embarcados em tomadas de guerra, pelos oficiais da invasão regressados a salvo em naus inglesas [...] Será que Junot, chegado a Paris, ofereceu a presa a Napoleão, para abrandar a irritação deste com a convenção assinada, e que o imperador lhe devolveu ou recusou o volume e assim lho 'deu'? Certo é que Madame Junot vendeu, depois, a Bíblia que Leão X enviara a D. Manuel, por 80 mil francos, a Luís XVIII, que queria restituí-la a Portugal».

Com o Museu de História Natural de Lisboa deu-se o caso inverso. A sua grande coleção científica, com muitas peças vindas do império, foi levada para França no tempo de Junot. Meio século mais tarde, o rei D. Pedro V foi recebido no Museu de

História Natural de Paris. O respetivo diretor disse-lhe que, sendo peças vindas de Portugal, estava pronto a devolvê-las. D. Pedro, descrente da capacidade lusa em cuidar do património, respondeu que talvez fosse melhor continuarem bem guardadas ali que regressarem a Portugal e ficarem a apodrecer. Ironicamente, a Faculdade de Ciências de Lisboa viria a arder e parte das coleções de História Natural perdeu-se para sempre (18 de março de 1978).

4. *UMA GUERRILHA INCÓMODA*

Há quem diga que os portugueses são maus soldados mas bons guerrilheiros. Que importância tiveram os civis em armas na Guerra Peninsular?

Após os fuzilamentos de Madrid (2 de maio de 1808), os guerrilheiros espanhóis tornaram-se inimigos temíveis dos franceses, tornando as estradas perigosas, dificultando comunicações e reabastecimentos. Tudo isto com um bem documentado cortejo de crueldades, que incluiu oficiais franceses serrados ou queimados vivos ou soldados brutalizados até à morte. A guerrilha em Portugal foi mais dispersa mas nem por isso impressionou menos os estrangeiros. A fúria dos camponeses nortenhos é assim descrita pelo general britânico Napier: «Veeementes na cólera e estimulados [...] pelas exortações dos seus padres, precipitam-se das montanhas como homens privados da razão e muitos irrompiam furiosamente pelos batalhões franceses, onde eram mortos. Outros [...] rodeavam as montanhas e, caindo sobre a retaguarda, matavam dezenas de soldados tresmalhados e pilhavam as bagagens.»

Contudo, em combate frontal contra soldados profissionais, os guerrilheiros lusos poucas hipóteses tinham. Em maio de 1809, durante a invasão do Norte, os franceses de Soult conseguem, com audaciosos golpes de mão, conquistar as pontes da Misarela e do Saltadouro, vitais para a retirada do Porto para a Galiza, mas barricadas por centenas de paisanos armados. E, em 1812, às portas da Guarda, a cavalaria francesa põe em debandada dois regimentos de milícias e captura as respetivas

bandeiras. Só na ponte de Amarante, em maio de 1809, uma mistura de soldados regulares, milicianos e civis comandada pelo brigadeiro Silveira conseguiu tirar eficazmente partido do terreno e pôr em xeque os franceses durante duas semanas.

O efeito da guerrilha em Portugal não foi negligenciável. Desgastou o invasor e obrigou-o a desviar das missões principais forças importantes, empenhadas em manter as guarnições em contacto e as estradas praticáveis. Conta o barão de Thiébault, quartel-mestre do marechal Soult, a propósito do avanço sobre o Porto, em março de 1809: «A marcha do II Corpo pode comparar-se à de um navio no alto mar. Ao mesmo tempo que vai fendendo as ondas, estas vão-se cerrando atrás dele [...] minutos depois da sua passagem, não resta nenhum vestígio dela.»

António José Telo, um dos autores citados na coletânea *Guerra Peninsular, Novas Interpretações*, vai mais longe: «Os autores ingleses que escreveram sobre a Guerra da Península só falam, praticamente, da atividade da primeira linha, pois era aí que estavam os britânicos. Muitos autores portugueses mais tradicionais cometem o mesmo tipo de erro e praticamente não mencionam ou consideram meramente acessória e quase folclórica a atividade de guerra irregular no teatro das operações de Portugal [...] A guerra irregular foi um elemento muito importante para derrotar as Invasões Francesas em Portugal, embora, para que ela se pudesse exercer, fosse necessária a ação do exército de primeira linha.»

5. OLHOS AZUIS E PRESENÇA FRANCESA

A lenda associa a passagem dos franceses por Portugal a lugares onde há muita gente com olhos claros. Mas não há evidência científica de que uma coisa tenha que ver com a outra.

Os cientistas riem-se quando se fala em hipóteses como esta. Em primeiro lugar, 200 anos são, geneticamente falando, muito pouco tempo para detetar alterações no ADN de uma população. Depois, do ponto de vista genético, a população portuguesa é tipicamente europeia e, portanto, semelhante

à francesa a esse nível. Há que buscar outras razões, que não as violações em massa dos invasores franceses, para explicar uma presença mais significativa de pessoas de olhos azuis em certas aldeias ou locais isolados. Havendo acasalamentos restritos a um grupo com poucos contactos exteriores, é natural que, pelas leis da hereditariedade, bem conhecidas muito antes da descoberta da estrutura do ADN, possa haver reforço de características recessivas, como é o caso da cor clara dos olhos.

Há marcas genéticas mas doutro tipo. Ainda hoje se diz «ir para o maneta», quando não «à grande e à francesa» ou «a ver navios do Alto de Santa Catarina». Não faltam topónimos de origem óbvia: Forte da Casa (Póvoa de Santa Iria) e Paiol (Merceana) evocando as Linhas de Torres Vedras. À volta do Vimeiro ainda hoje os habitantes chamam Lagoa de Sangue ou Pinhal Trombeta a locais dos arredores, numa alusão clara à batalha. E os barroões herdaram o Vinho dos Mortos dos seus antepassados que enterraram as garrafas para as subtrair aos franceses.

6. AFINAL, QUANTAS INVASÕES HOUVE?

Ainda que habitualmente só se considerem três invasões francesas (Junot, 1807; Soult, 1809, e Masséna, 1810), a contagem pode não ficar por aqui.

O historiador António Pedro Vicente, autor de diversas obras sobre a Guerra Peninsular, é um dos que sustenta que a Guerra das Laranjas (1801), ainda que levada a cabo por tropas espanholas, foi, na verdade, uma primeira invasão, gizada e apoiada pelos franceses. Havia um exército francês, comandado pelo general Leclerc, cunhado de Napoleão, cobrindo a fronteira portuguesa, desde a raia do Côa à Beira Baixa. Não interveio nas operações porque o primeiro-ministro espanhol, Manuel Godoy, pediu para lhe ser deixada a iniciativa do ataque. Se resultasse, a Espanha ganhava peso junto do seu aliado além-Pirenéus e Godoy reforçava o seu prestígio pessoal. Tudo dependia do grau de prontidão e da capacidade de resposta das forças portuguesas que se adivinhavam incipientes.